

Marítima Securitizadora S.A.

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 18 de outubro de 2022

Data, Hora e Local: Aos dezoito dias do mês de Outubro de 2022, às 14:00 horas na sede social, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 - 6º andar - Vila Olímpia, CEP 04548-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Presentes os acionistas fundadores e subscritores da totalidade do capital social inicial da Sociedade. **Convocação:** Dispensada as formalidades de convocação, na forma do Parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Mesa: Presidente:** Pedro Henrique Ricco Oliveira; e **Secretária:** Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) aprovação da constituição da sociedade por ações, de capital fechado, a ser denominada **Marítima Securitizadora S.A.**; (2) aprovação da subscrição do capital social e o modo de sua integralização, conforme os Boletins de Subscrição; (3) aprovação do Estatuto Social da Sociedade; (4) declarar a constituição da Sociedade; (5) a eleição dos membros da Diretoria e a fixação da remuneração; e (6) os assuntos relacionados às publicações legais da Sociedade. **Deliberações:** Em conformidade com a Ordem do Dia, resultaram aprovadas, por unanimidade dos votos: **(1)** A constituição da Sociedade, na forma de sociedade por ações, de capital fechado, denominada **Marítima Securitizadora S.A.**, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 - 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903. **(2)** Foi fixado o capital social inicial é de R\$1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada uma, sendo subscritas, neste ato, da seguinte forma: (i) Pedro Henrique Ricco Oliveira brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 437.380-78 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 343.108.918-61, residente e domiciliado na Rua Correia de Lemos, nº 536, apartamento 164, Chácara Inglesa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04140-000, subscreve 700 (setecentas) ações, no valor de R\$700,00 (setecentos reais); e (ii) Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo, brasileira, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 504.855.297-9 SSP/RJ, inscrita no CPF/ME sob nº 596.587.110-49, residente e domiciliada na Rua Paissandú, nº 534, Partenon, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90660-360, subscreve 300 (trezentas) ações, no valor de R\$300,00 (trezentos reais), e integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição **(Anexo II)**, ora aprovados pela Mesa e integrantes da presente ata; **(3)** O Estatuto Social da Sociedade, o qual, após ter sido lido, rubricado e assinado por todos os presentes, foi autenticada pela Mesa e passou a fazer parte integrante desta ata como **Anexo III**; **(4)** Cumpridas as formalidades legais, o Presidente da Assembleia declarou formalmente constituída a Sociedade, nos termos do art. 87, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **(5)** A eleição dos membros da Diretoria, para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Pedro Henrique Ricco Oliveira**; e para o cargo de Diretora, sem designação específica, a Sra. **Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo**. Os membros da Diretoria ora eleitos: 1) terão prazo de mandato de 03 (três) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos naquela ocasião; e 2) Os Diretores acima nomeados assinam os respectivos termos de posse **(Anexo IV)** e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. Fica definido que o montante global anual da remuneração dos Diretores da Sociedade será de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **(6)** Por fim, competirá a Diretoria da Sociedade definir a escolha do jornal a ser utilizado para as publicações legais da Sociedade, que serão realizadas em conformidade com as exigências legais aplicáveis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia de Constituição da **Marítima Securitizadora S.A.**, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 18 de Outubro de 2022. Presidente: Pedro Henrique Ricco Oliveira; e Secretária: Elisângela Fagundes Sant'ana de Azevedo. JUCESP/NIRE nº 3530060434-2 em 17/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º. A **Marítima Securitizadora S.A.** é uma sociedade por ações, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 - 6º andar- Vila Olímpia, CEP 04548-903, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, instalar ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto da Sociedade. Artigo 4º.** A Sociedade possui como objeto social a aquisição e securitização de créditos, emissão de títulos e valores mobiliários e sua colocação perante o mercado financeiro privado, que sejam compatíveis com as suas atividades. **Capítulo III. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações emitidas, desde que correspondente ao percentual de participação no capital social da Sociedade, observadas as disposições legais sobre a matéria. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas terá direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 7º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 05 membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** O prazo de mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger Diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **Parágrafo 3º.** Para preenchimento de cargo vago, a eleição pela Assembleia Geral só será obrigatória para perfar o número mínimo de 02 membros da Diretoria, sendo facultativo nos demais casos. **Artigo 8º.** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". **Artigo 9º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por outro membro da Diretoria, cumulativamente, sendo certo que, no caso de vacância, a acumulação de cargos se dará até a eleição de novo Diretor e respectiva posse. **Artigo 10.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores desobrigados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11.** A Diretoria tem os poderes necessários para assegurar o funcionamento normal da Sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **1)** ao Diretor Presidente: **(i)** orientar os negócios da Sociedade; **(ii)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **(iii)** convocar as Assembleias Gerais; e **2)** os demais Diretores terão as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente. **Artigo 12.** Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais compete à toda Diretoria: **(i)** exercer a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias; **(ii)** elaborar relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **(iii)** deliberar sobre a alteração de endereço e encerramento de filiais, escritórios e outras dependências; e **(iv)** fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não estabelecidas expressamente neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor indicado pelos presentes à Reunião. **Parágrafo 2º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 3º.** A Diretoria sempre que representada por, no mínimo 02 (dois) de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e/ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessor dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, concede avais e fianças, assunção de obrigações e assinatura de contratos. **Parágrafo 4º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por: **(i)** 02 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; ou **(ii)** um membro da Diretoria, em conjunto, com 01 (um) procurador, nomeado na forma deste Estatuto Social. Adicionalmente, em caso de os documentos aqui exemplificados ultrapassarem o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), estes deverão ser assinados pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 5º.** A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por um membro da Diretoria ou por 01 (um) procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto Social, exclusivamente: **a)** em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; **b)** no exercício de poderes da cláusula "ad iudicia"; **e)** na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique em assunção de responsabilidade e/ou obrigações em nome da Sociedade; **d)** na assinatura de procurações eletrônicas perante a administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e **e)** em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **Parágrafo 6º.** A Diretoria, representada por 2 (dois) de seus membros, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de mandato, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, salvo para fins judiciais. **Capítulo V. Das Assembleias Gerais. Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **Parágrafo Primeiro.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado, devendo o respectivos instrumento especificar os poderes conferidos ao mandatário nomeado. **Parágrafo Segundo.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e extraordinária, nos demais casos. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto Social. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, para o seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á de no mínimo de 03 (três) e no máximo de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII. Dos Balanços, Resultados e sua Destinação. Artigo 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Sociedade, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 19.** O lucro líquido do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terá a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada para a formação de reserva para contingências; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento); **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta de lucros retidos dos exercícios anteriores; **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Os dividendos ou juros sobre capital próprio serão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Sociedade. Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes. **Capítulo IX. Disposição Geral. Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 1976).

Marítima Securitizadora S.A.

CNPJ nº 48.644.747/0001-09

Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Ao quarto dia do mês de abril de 2024, às 14:00 horas na sede social, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855 - 8º andar - Vila Olímpia, CEP 04548-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presenças:** Esteve presente o acionista fundador e subscritor da totalidade do capital social inicial da Sociedade. **Mesa: Presidente:** Pedro Henrique Ricco Oliveira; e **Secretária:** Myleide de Oliveira Lima. **Ordem do Dia:** 1. Alteração do Estatuto Social. **Deliberações:** O presidente Pedro Henrique Ricco Oliveira, declarou aberta a assembleia onde apresentou a proposta de alteração do Estatuto Social. Após a leitura das alterações propostas, foi aberto o espaço para discussão. Vistos que, no mês de setembro foi dado publicidade a Carta Renúncia da ex sócia Elisângela Fagundes Sant' Ana de Azevedo, e em março do presente ano houve a compra e venda de suas quotas na Sociedade, restou necessária a presente AGE para: **1.** Aprovar a alteração do Estatuto Social no seu Capítulo IV, artigo 7º, onde constava que "a Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 02 (dois) e, no máximo 05 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residente no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral", passando a constar no artigo 7º do Capítulo IV: "A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 01 (um) e, no máximo 05 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residente no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada e eu, Myleide de Oliveira Lima, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente, Mesa: Pedro Henrique Ricco Oliveira, Presidente; Myleide de Oliveira Lima, Secretária. *Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa Maritima Securitizadora S.A. de NIRE 35300604342, protocolizado sob o número SPJ2400098661 em 06/11/2024, encontra-se registrado na JUCESP sob o número 1290803249.*

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º. A **Marítima Securitizadora S.A.** é uma sociedade por ações, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855 6º andar Vila Olímpia, CEP 04548-903, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, instalar ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto da Sociedade. Artigo 4º.** A Sociedade possui como objeto social a aquisição e securitização de créditos, emissão de títulos e valores mobiliários e sua colocação perante o mercado financeiro privado, que sejam compatíveis com as suas atividades. **Capítulo III. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações emitidas, desde que correspondente ao percentual de participação no capital social da Sociedade, observadas as disposições legais sobre a matéria. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas terá direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 7º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 01 (um) e, no máximo 05 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** O prazo de mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger Diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **Artigo 8º.** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no Reuniões da **Artigo 9º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por outro membro da Diretoria, cumulativamente, sendo certo que, no caso de vacância, a acumulação de cargos se dará até a eleição de novo Diretor e respectiva posse. **Artigo 10.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores desobrigados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11.** A Diretoria tem os poderes necessários para assegurar o funcionamento normal da Sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **1)** ao Diretor Presidente: **(i)** orientar os negócios da Sociedade; **(ii)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **(iii)** convocar as Assembleias Gerais; e **2)** os demais Diretores terão as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente. **Artigo 12.** Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais compete à toda Diretoria: **(i)** exercer a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias; **(ii)** elaborar relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; **(iii)** deliberar sobre a alteração de endereço e encerramento de filiais, escritórios e outras dependências; e **(iv)** fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não estabelecidas expressamente neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor indicado pelos presentes à Reunião. **Parágrafo 2º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 3º.** A Diretoria sempre que representada por, no mínimo 02 (dois) de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e/ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessor dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, concede avais e fianças, assunção de obrigações e assinatura de contratos. **Parágrafo 4º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por: **(i)** 02 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; ou **(ii)** um membro da Diretoria, em conjunto, com 01 (um) procurador, nomeado na forma deste Estatuto Social. Adicionalmente, em caso de os documentos aqui exemplificados ultrapassarem o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), estes deverão ser assinados pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 5º.** A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por um membro da Diretoria ou por 01 (um) procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto Social, exclusivamente: **a)** em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; **b)** no exercício de poderes da c) na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique em assunção de responsabilidade e/ou obrigações em nome da Sociedade; **d)** na assinatura de procurações eletrônicas perante a administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e **e)** em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **Parágrafo 6º.** A Diretoria, representada por 2 (dois) de seus membros, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de mandato, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, salvo para fins judiciais. **Capítulo V. Das Assembleias Gerais. Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o de **Parágrafo Primeiro.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado, devendo o respectivos instrumento especificar os poderes conferidos ao mandatário nomeado. **Parágrafo Segundo.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e extraordinária, nos demais casos. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto Social. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, para o seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á de no mínimo de 03 (três) e no máximo de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII. Dos Balanços, Resultados E sua Destinação. Artigo 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Sociedade, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 19.** O lucro líquido do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terá a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada para a formação de reserva para contingências; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento); **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta de lucros retidos dos exercícios anteriores; **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores. Os dividendos ou juros sobre capital próprio serão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Sociedade. Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes. **Capítulo IX. Disposição Geral. Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 1976).

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

